

Aquisição de Serviços de Expedição de Correspondência

Concurso Público n.º 03/CP/CMM/2025

Caderno de Encargos

Parte I

Cláusula 1.ª

Conteúdo do Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pelo Município da Moita, doravante designada apenas por MM, e tem por objeto principal a aquisição de serviços de distribuição postal, de acordo com as disposições constantes na parte II – Especificações Técnicas, do presente caderno de encargos, bem como no Anexo A, nos termos da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, na sua versão mais atualizada, compreendendo os seguintes lotes, a saber:
 - a) Lote 1 – Serviços distribuição postal - correio
 - b) Lote 2 – Serviço distribuição de correio endereçado – Faturas domésticas de Águas
2. O conteúdo funcional da visada prestação encontra-se mais bem discriminado no teor dos diplomas identificados no n.º anterior, nomeadamente no que concerne às atividades de aceitação, tratamento, transporte e de distribuição de serviço postal, através da rede postal do segundo outorgante, nas seguintes modalidades, serviços de encomendas, independentemente do peso ou da volumetria, para distribuição em território nacional e internacional.
3. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary), 64100000-7 Serviços postais e de correio rápido, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato, reduzido a escrito, é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante designado simplesmente por CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, disponível para consulta no respetivo processo administrativo;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número 2 anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no número 2 anterior, o fornecedor obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Em caso de divergência entre as obrigações a que se refere o número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicadas.

Cláusula 3.ª

Preço Base

1. O preço base no valor de 220.500,00 € (duzentos e vinte mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato, de acordo com o n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
2. O preço base acima referido respeita os seguintes preços base parciais:
 - Lote 1 – Serviços distribuição postal - Correio – 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
 - Lote 2 – Serviço distribuição de correio endereçado – Faturas domésticas de Águas – 186.500,00 € (cento e oitenta e seis mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base foi fixado com base nas quantidades estimadas e nos preços obtidos através de uma consulta preliminar.

Cláusula 4.ª

Vigência do contrato a celebrar

1. O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da sua celebração, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo referido no número um da presente cláusula, o valor contratual se esgotar.

3. A extinção do presente contrato, pelo termo do prazo referido no número um, não confere ao segundo outorgante o direito a qualquer indemnização, no caso do valor dos pagamentos efetuados pelo Primeiro Outorgante pela prestação dos serviços, não tiver atingido o montante máximo do preço contratual.

Cláusula 5.ª

Obrigações principais

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável na celebração do contrato, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem, para o segundo outorgante, as seguintes obrigações principais:
 - a) Prestar serviços de aceitação, tratamento, transporte, e distribuição de objetos postais nas seguintes modalidades: normal, azul, nacional, internacional, registado, outras;
 - b) Os padrões da prestação dos serviços, em termos de padrão médio de entrega, e serviço a ele associados são os padrões de entrega que constam do Convénio da Qualidade do Serviço Postal Universal, celebrado anualmente entre o ICO/ANACOM – Autoridade de Comunicações e o Segundo Outorgante;
 - c) O Segundo Outorgante obriga-se a efetuar a prestação de serviços ao Primeiro Outorgante, conforme as características técnicas e requisitos, adequados às especificações do presente caderno de encargos;
 - d) O Segundo Outorgante obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade, próprios das melhores práticas;
 - e) Prontificar-se junto do local de remessa do MM, de forma a endereçar, sempre que solicitado ou no horário pré-determinado.
2. A título acessório, o Segundo Outorgante fica, ainda, obrigado, designadamente, a:
 - a) Não alterar unilateralmente as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos no caderno de encargos;
 - b) Comunicar ao Primeiro Outorgante qualquer facto que torne, total ou parcialmente, impossível o fornecimento do serviço objeto deste procedimento, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações acessórias;
 - c) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informativos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
 - d) Garantir, no âmbito dos serviços contratados, o integral cumprimento de todas as disposições legais em vigor, no que concerne à recolha e tratamento de dados pessoais dos utentes, designadamente o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e a Lei 58/2019, de 8 de agosto.
 - e) Indicar o Gestor de conta.
3. O adjudicatário assume a responsabilidade, por si e pelos técnicos seus colaboradores, pela perfeita adequação dos serviços prestados.
4. O adjudicatário é responsável por todos os atos e omissões dos quais possam resultar prejuízos para a entidade adjudicante ou para terceiros, incluindo os praticados através de ação ou omissão dos seus colaboradores, independentemente do vínculo contratual existente, ainda que tais atos ou omissões sejam

praticados contra ordens ou instruções que o adjudicatário lhes haja transmitido.

5. O adjudicatário deverá garantir no mínimo 4.000 (quatro mil) agentes/balcões a nível nacional e 35 (trinta e cinco) agentes/balcões no concelho da Moita.

Cláusula 6.ª

Sigilo

1. Os Contraentes obrigam-se a garantir o sigilo quanto a informação diretamente relacionada com o objeto do presente contrato, bem como tomar todas as medidas necessárias para que os seus funcionários e agentes se vinculem a igual obrigação, quanto aos conhecimentos que venham a ter no âmbito dos trabalhos em que estão envolvidos.
2. Os Contraentes tratarão como confidencial toda a informação por eles devidamente identificada como tal, ou que pela natureza das circunstâncias que rodeiam a sua divulgação deva, em boa-fé, ser considerada como confidencial.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se como confidencial, independentemente da sua identificação como tal, toda a informação a que o fornecedor tenha acesso relacionada com sistemas de segurança para proteção de informação, sistemas informáticos, sistemas de informação, instalações, métodos de trabalhos e core business do MM.
4. Carece de consentimento prévio, através do MM: A divulgação pelo fornecedor de qualquer informação, sob qualquer forma, relacionada com o presente projeto ou com qualquer outro de que venha a ter conhecimento;
5. A utilização do logótipo do MM para efeitos de publicidade, assim como a referência à sua qualidade de fornecedor.
6. Encontra-se excluída da presente obrigação de confidencialidade a informação que:
 - a) Tenha sido prévia e legitimamente divulgada por terceiros a qualquer um dos contraentes;
 - b) Se encontre disponível para o público em geral;
 - c) Os contraentes tenham sido legal ou judicialmente obrigados a revelar, desde que observados os procedimentos estabelecidos para o efeito;
 - d) Seja conhecida do contraente que a revelou em momento anterior à celebração do presente contrato; e) Tenha sido transmitida ao contraente por uma terceira entidade sem que lhe tenha sido imposta qualquer obrigação de confidencialidade;
 - f) Os contraentes acordem, por escrito, na possibilidade da sua divulgação.

Cláusula 7.ª

Proteção de Dados Pessoais

1. O Município da Moita informa que o tratamento dos dados pessoais recolhidos no âmbito do presente procedimento por concurso público, se efetua ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados, doravante designado por RGPD, (Regulamento EU 2016/679).
2. O responsável pelo tratamento dos dados é o Município da Moita, pessoa coletiva 506791220, com sede na Praça da República, 2864-007 Moita, aqui representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal.
3. Para qualquer assunto relacionado com a proteção de dados pode enviar carta para: Câmara Municipal da Moita, Praça da República, 2864-007 Moita, ou em alternativa para o endereço de correio eletrónico

cmmoita@mail.cm-moita.pt.

4. O tratamento dos dados destina-se ao procedimento identificado no n.º 1, mediante o disposto na alínea c) do n.º 1 artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo necessário para a análise das propostas apresentadas, nos termos dos artigos 57.º e 70.º do CCP e, em caso de adjudicação, para a celebração e execução do contrato, ao abrigo dos artigos 81.º e 96.º do CCP.
5. O tratamento dos dados enquadra-se no disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 6.º do RGPD.
6. Os dados pessoais serão conservados nos termos dos prazos legais de conservação administrativa determinados pela Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 1253/2009 de 14 de outubro.
7. Os destinatários dos dados pessoais são o Município da Moita e a Acin Icloud Solutions, (entidade subcontratante).
8. Assiste ao titular dos dados pessoais o direito de solicitar ao responsável pelo tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a retificação ou o apagamento, ou a limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, e do direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados.
9. O titular dos dados pessoais tem o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.
10. A comunicação de dados pessoais constitui um requisito necessário para celebrar um contrato, pelo que, o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais. Caso o titular dos dados não forneça os dados pessoais não será possível a celebração do mencionado contrato.

Cláusula 8.ª

Preço Contratual

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, incluindo o cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município da Moita pagará ao adjudicatário o preço constante da sua proposta adjudicada, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao MM compreendendo, nomeadamente, os relativos a alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, seguros, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros encargos legalmente devidos.

Cláusula 9.ª

Condições de Pagamento

1. Os pagamentos são efetuados no prazo de 60 (sessenta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem, devendo conter a menção do número de compromisso e do número de requisição externa, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e o constante no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na versão atualizada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 02 de junho.

2. As faturas deverão ser submetidas de forma desmaterializada no portal de faturação eletrónica Saphetydoc da Saphety, ou outra a indicar pelo Município. No caso de impossibilidade de usar este método as faturas poderão ser enviadas via e-mail para servico.contabilidade@cm-moita.pt.
3. Em caso de discordância por parte do MM, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número um, as faturas serão pagas através de transferência bancária.
5. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da entidade adjudicante, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.

Cláusula 10.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo Segundo Outorgante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da primeira outorgante, nos termos do CCP.
2. O segundo outorgante poderá utilizar a colaboração de terceiros para a execução das prestações assumidas no presente Contrato mantendo, porém, total, direta e exclusiva responsabilidade perante o primeiro outorgante pelo cumprimento das obrigações assumidas.
3. Em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, pode a primeira outorgante obrigar, nos termos do artigo 318.º-A do CCP o cocontratante a ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual classificado por ordem sequencial.

Cláusula 11.ª

Nomeação de Gestor

1. A Entidade Adjudicante nomeará um gestor responsável pelo contrato a celebrar para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
2. O Adjudicatário obriga-se a comunicar ao Município da Moita a nomeação do interlocutor responsável pelo contrato a celebrar, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação, juntamente com o envio dos documentos de habilitação, O segundo outorgante designa como gestor do contrato, o Sr(a). xxxxxx, com os contatos: email: xxxxxxxxxxxx e telefone n.º xxxxxxxxxxxx.

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o MM pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, calculada nos termos dos números seguintes.
2. O valor da sanção pecuniária a aplicar é creditado a favor da entidade adquirente ou deduzido ao preço a pagar pelo fornecimento.
3. Em caso de incumprimento do disposto no prazo fixado para a realização da prestação de serviços, bem como

das restantes obrigações constantes do Caderno de Encargos, por causa imputável ao adjudicatário, deverá ser aplicada uma sanção diária, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V * A/500$$

Sendo:

P = montante da penalização;

V = valor do contrato;

A = número de dias de atraso.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o MM terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
5. O direito à aplicação de penalidades deverá ser exercido pelo MM dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias sobre a data da ocorrência que lhe deu origem.
6. A importância que for devida pelo segundo outorgante correspondente às penalidades será deduzida, sem demais formalidades, na fatura a pagamento à data da aplicação da penalidade.
7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula ficam limitadas em concreto a 30% do valor da encomenda a que digam respeito.

Cláusula 13.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Constituem motivos de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a

Resolução do Contrato

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos por uma das Partes das obrigações por si assumidas no contrato, nos termos gerais de Direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a Parte não culposa comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 30 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.

3. O contrato pode também ser resolvido através do MM caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já entendidas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do fornecedor:
- a) Quando não se verificar o início do fornecimento na data acordada pelas partes, por causa direta e exclusivamente imputável ao fornecedor;
 - b) Quando se verificarem atrasos na execução dos trabalhos dos quais resulte impossibilidade da sua conclusão no prazo inicialmente fixado, por causa direta e exclusivamente imputável ao fornecedor;
 - c) Quando os trabalhos tiverem sido subcontratados total ou parcialmente, sem prévia autorização por parte do MM;
 - d) Quando o fornecedor se recusar injustificadamente a corrigir ou a repetir trabalhos que não forem aceites no âmbito do acompanhamento da execução do contrato;
 - e) Quando o fornecedor se recusar injustificadamente a cumprir instruções que lhe forem dadas no âmbito do acompanhamento da execução do contrato, para cumprimento do objeto do mesmo;
 - f) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má fé do fornecedor;
 - g) Prestação de falsas declarações;
 - h) Estado de falência ou insolvência;
 - i) Cessação da atividade;
 - j) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do fornecedor e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao fornecedor.

Cláusula 15. 

Caução ou Retenção

1. Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.  2 do artigo 88.é do Código dos Contratos Públicos.
2. A Entidade Adjudicante poderá, se a execução do contrato assim o justificar, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, nos termos do n.  3 do artigo 88.é do CCP.

Cláusula 16. 

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17. 

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada   outra parte.

Cláusula 18.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão a mais recente - (Retificação n.º 25/2021, de 21/07) e respetiva legislação regulamentar, o Código de Procedimento Administrativo e em demais legislação aplicável.

Parte II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 20.ª

Especificações Técnicas

1. A aquisição de serviços de distribuição postal, de acordo com as disposições constantes do presente caderno de encargos, compreendendo os seguintes lotes, a saber:
 - a) Lote 1 – Serviços distribuição postal – correio
 - c) Lote 2 – Serviço distribuição de correio endereçado – Faturas domésticas de Águas

Cláusula 21.ª

Ponto de recolha

1. O segundo outorgante deve prontificar-se junto dos Paços do Concelho, no horário compreendido entre as 9:00 e as 17:00, para levantar todo o correio a expedir (Lote 1) e nas instalações do Preparador de Printing&Finishing (Lote 2).
2. A solicitação/ requisição de cada conjunto de correspondência, será efetuada por via eletrónica através de e-mail ou da plataforma transacional do segundo outorgante, colocada à disposição da entidade adjudicante.
3. O segundo outorgante compromete-se para este efeito a disponibilizar um conjunto de contactos eletrónicos centralizados, assim como se vincula a aceder e a registar toda a necessária execução contratual através da plataforma eletrónica de execução de contratos indicada pela entidade adjudicante

Cláusula 22.ª

Rotulagem da correspondência

1. O segundo outorgante é livre de rotular a correspondência objeto do presente contrato, desde que respeite e cumpra na íntegra todas as restantes obrigações decorrentes do presente contrato.
2. Sempre que a entidade adjudicante apresente correspondência em envelopes ou embalagens com referências a outros contratos ou prestadores de serviços postais, deve o segundo outorgante, sempre que possível sobrepor as suas referências.

Cláusula 23.^a

Prazo de entrega

1. O prazo máximo de entrega de correspondência:
 - a) Com destino no território nacional continental é de 48 horas em dias úteis;
 - b) Com destino internacional no continente europeu é de 96 horas em dias úteis;
 - c) Com destino internacional fora do continente europeu é de 144 horas em dias úteis.
2. O prazo máximo de entrega de correspondência serviços expressos é:
 - a) De 24 horas para Portugal continental;
 - b) De 50 horas para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
 - c) De 72 horas em dias úteis para o restante continente europeu;
 - d) De 120 horas em dias úteis para os restantes destinos internacionais.

Cláusula 24.^a

Atividades a desenvolver

O segundo outorgante compromete-se a:

- a) Apresentar um fluxo detalhado do seu sistema de registo, expedição e entrega.
- b) Disponibilizar, um serviço de localização (tracking), da correspondência expedida, via online, que permita verificar com um “delay” máximo de 2 horas, o ponto exato de expedição de cada correspondência/encomenda.
- c) Sistemas de controlo de qualidade dos prazos de encaminhamento e monitorização de falhas.
- d) O segundo outorgante deve fornecer as guias de transporte previamente preenchidas com os elementos que lhe dizem respeito, devendo a este propósito respeitar toda a atual legislação em vigor.
- e) O segundo outorgante deve fornecer o serviço sem qualquer outro encargo para o primeiro outorgante, para além do valor contratado, não se admitindo suplementos tarifários ou outros, bem como, qualquer tipo de agravamento em função da natureza do bem.
- f) O valor do serviço de transporte apresentado deve incluir o seguro de mercadoria, para cobertura de danos/extravios, nos termos do legalmente exigidos.
- g) Todo o equipamento utilizado e todo o serviço prestado pelo segundo outorgante devem respeitar a legislação em vigor.

Cláusula 25.^a

Procedimentos ambientais e de gestão de resíduos

1. É da inteira responsabilidade do fornecedor o destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade, sem prejuízo de poder utilizar as estruturas da Entidade Adjudicante destinada à recolha de resíduos, caso exista, e mediante previa autorização.
2. O fornecedor deverá desenvolver as atividades objeto do presente procedimento, garantindo o cumprimento das normas ambientais aplicáveis